

MEMÓRIA DE TIMOR

*Adriano Moreira**

Tenho comigo o desgosto de Timor ser a única parcela do antigo ultramar português, que nunca visitei, e sempre lamentarei que a saúde me tenha impedido de aceitar, neste ano de 2015, o convite para ali ir receber a medalha da *Ordem de Timor-Leste*, que Ramos Horta decidiu honrar-me vindo ele a Lisboa para me incluir entre os agraciados “*pelo meu contributo em benefício do País, dos Timorenses e da Humanidade*”. Lembro que, durante a guerra de 1939-1945, sendo eu estudante na Faculdade de Direito de Lisboa, e tendo Portugal recebido o ultimatum americano que levou, com ajuda formal e amenizante da Inglaterra, ao acordo das Lages e à irrepetível *neutralidade colaborante* do país, nunca foi possível racionalizar o esquecimento da ocupação de Timor pelos japoneses, nem as barbaridades que sofreram. Ficou documentado tão inesquecível sacrifício pelo Relatório, publicado, do primeiro governador que ali desembarcou, depois da paz no Oriente, o Capitão Óscar Ruas, onde ficou registada a heroicidade de D. Aleixo, ao enfrentar, preso, a falta de respeito pela sua dignidade por um oficial japonês que o pretendia algemar, morrendo mas matando o referido agente do invasor. Não obstante a solidão do sofrimento, o nosso Governador foi ali recebido por uma improvisada guarda de honra, desfilando com as bandeiras de Portugal que tinham salvaguardado da destruição escondendo-as. Mas foi depois de 1974, tendo Portugal reconhecido a independência de Timor como Estado igual em dignidade na Comunidade das Nações, que a invasão da Indonésia, tão cruel ou mais do que a japonesa, me fez intervir na situação. Já então no meu Instituto Superior de

* Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa.

Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica se ficou a dever ao Professor António de Almeida um excelente estudo sobre a província cujo povo nunca se considerou colónia, mas amigo de Portugal. Procurei colaborar na ação inquebrantável de Ramos Horta na ordem internacional, com os movimentos de ajuda aos refugiados que receberam afeto e solidariedade, sempre insuficientes em tais condições, pelas autoridades portuguesas, e sobretudo pela movimentação da Sociedade Civil. Estando nessa altura como deputado na Assembleia da República, aconteceu ser eleito Presidente da Comissão Especial sobre Timor. E ali surpreendi-me com o facto de nunca nos ter ocorrido que, um Timor independente por decisão de Portugal nos termos da Carta da ONU e da sua política, a questão da invasão e repressão brutal da população pela Indonésia era uma crise que a punha em conflito com a ONU, e não diretamente com Portugal, mas com Portugal agindo em defesa de Timor, na ordem internacional, o que também não parecia ter ocorrido à Comissão que na ONU se ocupava do caso. Afirmada esta opinião, o Doutor Mário Soares, então Presidente da República, convidou-me para ir a uma reunião do Conselho de Estado expor essa posição. Daqui resultou que fui enviado à ONU, *como peticionário*, para chamar a atenção para o insólito da situação. Infelizmente, julgo que se não fosse o massacre do Cemitério de Santa Cruz, a nova visão do problema não tinha sido suficiente para mobilizar a opinião pública mundial, a solidariedade pública, exigente e pessoal da população portuguesa, para que os factos obrigassem a Indonésia a abandonar a sua pretensão que custou tantos milhares de vidas.

Setembro de 2015